

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO PARA EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

EDUCAÇÃO PARA O TRABALHADOR

VISANDO A EMPREGABILIDADE E O
EXERCÍCIO DA CIDADANIA

TRABALHO FINAL APRESENTADO POR
CLARA GABRIELA M. BEWALSKI E
ENEIDA RIBAS.

Sou dos que creêm e, por isso mesmo, vejo na semente a árvore, sua sombra e seu fruto e, de alguma modo estranho e misterioso, ao semeá-lo para a morte do grão, o faço na esperança da ressurreição dos meus desejos.

Elias Abraão

EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO

**VISANDO À EMPREGABILIDADE
E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA**

ESTE TRABALHO ESTABELECE A RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO DE 1º E 2º GRAUS COMO FATOR PRIMORDIAL NAS EMPRESAS, QUE BUSCAM PROFISSIONAIS PREPARADO VISANDO PROGRAMAS DE QUALIDADE, COMPETIVIDADE E EMPREGABILIDADE.

1. JUSTIFICATIVA
2. PRINCÍPIOS
3. OBJETIVOS
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA
5. METODOLOGIA
6. RECURSOS
7. CRONOGRAMA
8. CONCLUSÃO
9. BIBLIOGRAFIA

1. JUSTIFICATIVA

JUSTIFICATIVA

No momento em que a humanidade chega ao linear do Século XXI, seu futuro suscita uma reflexão. O avanço dos conhecimentos, em particular o da ciência e da tecnologia, dá-nos a esperança de um futuro de progresso para a humanidade, mas a atualidade, a cada dia, mostra-nos os desvios, os perigos, os conflitos aos quais o mundo contemporâneo encontra-se exposto.

Traço marcante de nossa época, a interdependência cada vez mais evidente dos povos e das nações, cria condições de uma cooperação internacional sem precedente. Mas essa emergência de uma consciência verdadeiramente planetária também revela a amplitude das disparidades que assolam o mundo, a complexidade de seus problemas, bem como a multiplicidade das ameaças que a todo o momento, podem pôr em perigo nossas conquistas.

Por isso a educação, da qual o progresso humano depende em larga escala, atrai fortes exigências. Cada vez com maior intensidade, impõe-se a idéia de que ela constitui uma das mais poderosas armas para modelar o futuro. É o fruto-chave do desenvolvimento. Espera-se que a educação contribua para formar uma mão-de-obra qualificada e criativa que se adapte à evolução da tecnologia, além de participar da "revolução da inteligência" que move nossas economias. Espera-se que a educação promova o avanço de conhecimentos de maneira que o desenvolvimento econômico possa ser acompanhado pelo domínio responsável do meio ambiente físico e humano. Espera-se ainda que a educação cumpra sua missão de formar cidadãos enraizados em suas respectivas culturas e, abertos as outras culturas e empenhados no progresso da sociedade.

Neste ponto uma das responsabilidades fundamentais da educação é de preparar a transformação de valores individuais ou sociais, estrutura familiar, papel das mulheres, lugar reservado às minorias ou problemas relativos a urbanização e meio ambiente, considerando todo o encadeamento de fatores que evoluem e influenciam uns aos outros.

Compete ainda à educação, a difusão dos valores de abertura ao outro, de compreensão mútua dos valores de paz. Deve criar uma linguagem universal que permita superar certas contradições, enfrentar desafios sendo necessária uma linguagem acessível, que todos aprendam a dialogar melhor.

Considerando-se as rápidas transformações causadas pelo progresso científico e as novas formas de atividade econômica e social, é importante conciliar uma cultura geral suficientemente ampla com possibilidade de aprofundamento em um pequeno número de matérias. Essa cultura geral constitui de certa forma o passaporte para a educação permanente, na medida em que desperta o gosto e fornece as bases para aprender ao longo de toda a vida.

Além da aprendizagem de um ofício é necessária a aquisição de uma aptidão que possibilite o trabalho em equipe, maior capacidade de autonomia e julgamento - o que implica o fortalecimento da responsabilidade pessoal na realização do destino coletivo.

Enfrentando o desafio de um mundo em rápida transformação, a educação permanente se impõe com seus trunfos da flexibilidade, da diversidade e da acessibilidade no tempo e no espaço que deve constituir uma construção contínua do ser humano, de seu saber e de suas aptidões, como também de sua faculdade de julgar e agir.

Para o indivíduo poder utilizar bem tais potencialidades, deve possuir todos os elementos de uma educação básica de qualidade através de uma escola que desperte o gosto e o prazer de aprender, a capacidade de aprender a aprender, a curiosidade intelectual, numa sociedade em que cada um possa ser ora o mestre ora o aprendiz.

Neste final de século, depois de perder todas as oportunidades históricas anteriores, o Brasil precisa mais do que nunca tratar a educação básica como investimento indispensável a qualquer país que pretenda um lugar no mundo moderno.

Este país com tantas riquezas naturais, conhecimentos acumulados e reservas de capital, não

conseguirá realizar muitas coisas se não tiver gente preparada. Comparativamente, também empresas bem capitalizadas e equipadas que estejam carentes de recursos humanos bem preparados, não conseguirão atender seus clientes com excelência, nem tampouco ser competitivo e assegurar resultados que lhe permitam evoluir.

Se levarmos em conta as profundas mudanças que estão em andamento no mundo todo, a preparação de pessoas assume um valor estratégico cada vez maior. No futuro, a força das organizações e dos países estará baseada cada vez mais na força de seus recursos humanos.

Neste quadro, o processo de investir sistematicamente em educação, é hoje pré-requisito chave para assegurar um profissional qualificado.

Será que com a velocidade com que as coisas tem evoluído, é possível assegurar o nível de qualidade, de treinamento e desenvolvimento de pessoas por meio de processos "top-down"? Será que nestes tempos de rápida transformação da sociedade governos centralizados conseguirão assegurar o alcance e a qualidade da educação no país?

Estas perguntas exigem uma reflexão muito cuidadosa por parte de executivos de empresas nacionais e multinacionais e dos dirigentes que coordenam o desenvolvimento da nação. Nas empresas ou no país, é essencial que haja uma mudança significativa nas premissas fundamentais em torno destas questões chaves.

As formas de produção pedem trabalhadores com habilidades técnicas superiores, medida que, promovida a fator essencial da competitividade, a inovação tecnológica sai dos laboratórios de pesquisa e desenvolvimento para o chão das fábricas. Cai o valor das matérias-primas e da energia. Aumenta o do trabalho. Neste mundo novo a sobrevivência econômica está ligada a mão-de-obra e até dos consumidores, portanto, das populações inteiras. A educação fundamental virou condição prevalecte de desenvolvimento econômico. Com o capital internacionalizado a escolha de onde aplicá-lo dependerá mais do perfil educacional de um povo do que dos velhos fatores geo-políticos. A desqualificação educacional servirá apenas para habilitar um país a atrair

empreendimentos vorazes no consumo de energia e de matéria-prima, poluidores, pouco exigentes. Num ambiente de competição internacional, países do Primeiro Mundo começam a se preocupar mais com seus sistemas educacionais.

No Brasil os jovens e adultos subeducados são objeto das atenções dos documentos que retratam a situação da maioria dos trabalhadores.

Cada vez mais as pessoas devem assumir a responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento e contribuir para o crescimento do grupo ao qual pertencem. Isso significa uma ênfase crescente em auto-desenvolvimento e em ajuda mútua, descentralizando-se o processo educativo.

Quanto ao país, também é preciso assegurar que a educação e a qualidade de ensino evoluam rapidamente, em linha com as necessidades emergentes e as demandas do futuro. Para isso, é fundamental que a sociedade descentralize-se até o nível do cidadão. É necessário que cada indivíduo sinta-se responsável e comprometido.

Nas empresas, com o processo de reestruturação produtiva e a globalização da economia, que ganhou mais força a partir dos anos 90, muitas delas começaram a perceber que o problema estava no chão de fábrica, nas médias chefias, e na mão de obra cada vez mais precária. Com isso, além de oferecer programas de treinamento, no contexto das organizações, visando promover melhor atuação profissional, muitos administradores descobriram a necessidade de estimular seus funcionários para que tudo fosse feito com qualidade, e a educação passou a ser o canal para se atingir este objetivo e esta maior competitividade com qualidade.

Esperar por mão de obra especializada, num país com um sistema educacional aparentemente falido e que não se adaptou às transformações industriais e tecnológicas pode ser arriscado dentro de um mercado cada vez mais competitivo, enxuto e globalizado.

Segundo o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, é ainda elevado o nível de analfabetismo entre crianças e adolescentes.

Na faixa etária de 10 a 14 anos, quando a criança já completou as quatro primeiras séries do ensino básico e, portanto, está completamente alfabetizada e capaz de fazer operações numéricas simples, a taxa de analfabetismo é de 14% para o conjunto do país. A taxa de analfabetismo é também elevada (12%) entre adolescentes de 15 a 17 anos e, embora tenha declinado ao longo da década, é ainda significativamente maior do que a de outros países da América Latina como Chile, Argentina e Uruguai, que têm taxas inferiores a 3%.

Segundo dados expostos pelo governo brasileiro, na Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, 30% dos trabalhadores industriais brasileiros são analfabetos. Outros 30% têm alguma instrução, mas não são capazes de interpretar manuais de trabalho. Somente 40% tem curso primário (1º à 4º série do 1º grau) completo. Não se trata mais de um problema exclusivamente social. A educação é agora uma questão econômica, essencial para a redução de custos e aumento de produtividade em qualquer ramo empresarial.

2. PRINCÍPIOS

Princípios

A Educação constitui condição básica para a realização da pessoa humana e é fator estratégico para o desenvolvimento social e econômico do País.

A Educação visa pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Educação do trabalhador representa instrumento eficiente para a conquista de sua dignidade, liberdade e ascensão socioeconômica, trazendo, ainda, benefícios para a produtividade e qualidade do trabalho.

A Educação de Jovens e Adultos pressupõe ações que garantam a educação continuada, devendo ser enfatizados os aspectos referentes ao mundo do trabalho, visto como principal referência de inserção social do aluno.

A Educação Básica impõe-se como instrumento de conquista da cidadania enquanto sistematizados das experiências dos alunos e transmissor de um saber organizado, agindo, ainda, como elemento propulsor das mudanças necessárias para a construção de uma sociedade mais justa e mais participativa.

A Educação Básica deve enfatizar a relação educação-trabalho, fazendo com que o aluno conheça a interligação entre a teoria e a prática e adquira consciência de como são produzidos as técnicas e organizados os processos de trabalho.

A Educação de Jovens e Adultos concebida nos seus aspectos qualitativos e quantitativos, ensejará, o acesso e a permanência do usuário no sistema educativo.

Alicerçada nos pressupostos da universalização e democratização, a Educação de Jovens e Adultos deverá apresentar requisitos básicos: metodologia própria, flexibilidade, integração e funcionalidade em seus conteúdos e organização, possibilitando o atendimento global do aluno e criando espaços onde este possa, efetivamente, exercitar o seu direito de cidadão.

3. OBJETIVOS

Objetivos

Enfatizar a importância do programa de Educação Supletiva de 1° e 2° graus, como meio de fundamentação da formação do crescimento e empregabilidade profissional nas empresas.

Disponibilizar aos funcionários de Empresas particulares e/ou privadas o acesso a escolaridade de 1° e 2° graus, como meio de desenvolvimento sócio, econômico, pessoal e cultural.

Conscientizar o trabalhador da importância da educação formal de 1° e 2° graus, como meio de seu desenvolvimento sócio econômico e cultural.

Oferecer alternativas de atendimentos que facilitem o acesso e a permanência do aluno no sistema educativo e a terminalidade da escolarização.

4 . FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Fundamentação Teórica

A Constituição da República Federativa do Brasil, no seu artigo 205 cita:- "A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho".

No artigo 214, prega com nitidez a integração das ações do poder público, como meio para a erradicação do analfabetismo e universalização do atendimento escolar.

No Plano Decenal de Educação Para Todos, elaborado pelo Brasil, em 1993, no Capítulo que se refere a estratégias para a universalização do ensino fundamental e erradicação do analfabetismo, no seu Objetivo nº 2:- "Universalizar, com equidade, as oportunidades de alcançar e manter níveis apropriados de aprendizagem e desenvolvimento:- oferecendo ao trabalhador oportunidades educacionais no próprio local de trabalho ou próximo a ele, de preferência antes da jornada de trabalho".

No Objetivo nº 3 estabelece:- "Ampliar os meios e o alcance da educação básica provendo modalidades diversificadas de educação continuada de jovens e adultos subescolarizados, incluindo capacitação sócio profissional..."

No Objetivo nº 5 cita o "fortalecimento de parcerias com empresários no sentido de alcançar os objetivos do plano".

Há destaque neste Plano à oferta de programas diferenciados de avanço escolar para adultos já integrados no mercado, com regimes especiais de frequência, alternância pedagógica e educação à distância.

Com este respaldo legal, assegurado na Constituição Brasileira e dentro de uma abordagem sistêmica, a melhoria da educação no país depende da ação integrada sobre um conjunto de fatores-chaves. estes fatores devem merecer atenção prioritária:

- quantidade suficiente de professores competentes e motivados;
- escolas em boas condições para todos;
- didática eficaz e de alta qualidade;
- materias adequados para os alunos;
- abordagem moderna e atual à educação;
- currículo em linha com os desafios dos novos tempos;
- conexão adequada entre escola e vida.

Com o sistema tradicional centralizado que é, obviamente parte do problema, não há condições de reverter este quadro. Somente o envolvimento direto dos cidadãos, empresas e comunidade é capaz de quebrar o círculo vicioso no qual a educação no Brasil está armadilhada.

Sabemos que o Estado Brasileiro tem uma presença excessiva na economia e na sociedade. Administrar o país a partir de uma política centralizadora não só torna o processo lento e burocrático, como gera uma cultura paternalista, disseminada em maior ou menor grau em todos os segmentos da população. As pessoas se acostumam a esperar soluções "que vêm de cima", como se coubesse apenas ao Estado a responsabilidade de encontrar saídas para os problemas do país. A premissa subjacente a essa postura é de que a participação do cidadão, pelo pagamento de impostos, é plenamente satisfatória e suficiente.

É o caso da educação. É forte ainda a premissa de que caberia ao governo, tão somente a ele, investir na

criação de escolas, na modernização de currículos e metodologias, na melhoria das salas de aula, no treinamento e atualização dos docentes, de forma a suprir todas as necessidades da população.

Se levarmos em conta os déficits em termos de lacunas entre o necessário e o efetivamente realizado acumulados nas últimas décadas na área de educação e a velocidade com que tudo evolui a nossa volta, fica evidente que o governo tem hoje uma tarefa difícil em suas mãos. Se o governo, por um lado, está em posição de espera e cobrança, sem sentir-se responsável pelo estado das coisas.

Enquanto isso, as deficiências da rede educacional só se agrava :- mais de 20 milhões de brasileiros não sabem ler nem escrever. Outros 20 milhões são considerados funcionalmente analfabetos (lêem e escrevem, mas não entendem o que lêem e escrevem). Além disso, 85% dos jovens entre 15 e 19 anos de idade não chegam a 8ª série ou abandonam a escola no segundo grau, e 35% da população brasileira na faixa acima de 10 anos de idade, não chega a completar quatro anos na escola.

Quebrar o círculo vicioso em que estamos é possível. Muito do que hoje é visto como impossível torna-se possível por meio de uma efetiva participação da sociedade como um todo - num grande mutirão.

De que forma esperamos chegar a um desempenho econômico e de qualidade de vida de primeiro mundo com este quadro? De que forma as empresas pretendem gerar produtividade e qualidade de "classe mundial" sem pessoas qualificadas? Treinar seus funcionários, até alfabetizando-os, é a solução? Ou isso é apenas um processo de "recuperação parcial do desempenho", bem aquém do que se consegue ao educarmos na idade certa?

Até que ponto conseguimos todos nós relacionar educação com potência de mercado de trabalho interno? Ter um mercado interno grande não é condição importante para alavancagem de nossos produtos no exterior? Até que ponto conseguimos relacionar educação com output econômico? O que uma população bem educada, bem preparada, estaria criando em "riquezas" todos os dias, não só como trabalhadores, técnicos, mas como empreendedores,

inventores, cientistas, artistas, etc?

Talvez, olhando por esses ângulos, consigamos avaliar de forma realista a importância da educação básica para o país. Grandes são os desafios trazidos pelas equações sobre educação. Aparentemente impossíveis de serem resolvidas pelos processos tradicionais, as equações clamam por inovações, criatividade e principalmente envolvimento, comprometimento e um senso de sentir-se direta ou indiretamente responsável pelo estado em que as coisas estão e pelo processo de solução.

Todas estas equações poderão ser resolvidas se não deixarmos essa tarefa apenas para os governantes. Se todos, empresas, executivos e cidadãos juntarmos esforços num grande mutirão as equações deixarão muito rapidamente de ser "impossíveis" e estaremos quebrando o círculo vicioso no qual estamos armadilhados.

Profissionais que de alguma maneira estão vinculados ao campo educacional no Brasil tem afirmado que programas e especialmente campanhas de alfabetização e educação de jovens e adultos, são desprovidos de sentido, manifestando opiniões que são compatíveis com o fracasso sistemático dos programas de massa.

As características deste final de milênio indicam que o acesso ao desenvolvimento contemporâneo depende fortemente da qualificação capaz de assegurar elevado desempenho aos membros de uma sociedade. A revolução ocorrida na informação supõe letramento em contínua ascensão, muitos conhecimentos específicos e uma educação geral que possibilite não apenas adaptações sucessivas ao longo da vida, mas disposições e atitudes compatíveis com as novas condições da produção, do consumo e da vida moderna.

A educação fundamental de massa tornou-se uma espécie de patamar mínimo para um realinhamento favorável dos povos no quadro internacional. Conhecimentos efetivos que possam ser concretamente utilizados são hoje interrogação a respeito da capacitação real adquirida ao longo da história escolar dos indivíduos, e a qualidade do ensino tornou-se a pedra de toque do debate educacional.

Tem sido afirmado que a área da educação em geral e a educação de jovens e adultos em particular estaria diante de uma "onda instrumental", na qual se buscam formas institucionalizadas para relacionar demanda e oferta de uma educação continuada. Neste quadro, ganhou força o conceito de "qualificação-chave", com o qual Mertens (1988), advoga mais educação geral e menos especialização. Um conceito flexível diante das mudanças tecnológicas, da imprevisibilidade crescente (ou de novas dificuldades em prognosticar) da demanda por qualificação no futuro e da nova consciência de que ao longo da vida terão de ser superadas sequências de exigências ainda não conhecidas. Em face de dificuldades (que sempre existiram mas que são hoje agravadas) de antecipar o perfil educacional favorável a uma futura inserção no mercado de trabalho, é preciso assegurar uma formação que possibilite preencher posições e funções diferentes. Qualificação chave é aquela que permite desenvolver a capacidade de aprender e de aceitar encargos de maneira responsável, agindo de maneira autônoma e eficiente, com capacidade decisória, atitude cooperativa e capacidade de suportar e superar conflitos.

Uma nova equação está sendo gestada e nela certamente há um espaço importante a ser ocupado pelo estado na área educacional em geral e em especial naqueles setores onde há que suplementar a oferta de oportunidades necessárias a vida no mundo contemporâneo - assentado sobre a palavra escrita e apresentando complexidade crescente - e onde há que compensar fracassos ou insuficiências pretéritas.

Merece ainda ser ressaltado que, embora os argumentos em favor da educação de jovens e adultos estejam em nossos dias forte e explicitamente apoiados sobre uma lógica imposta pela dinâmica econômica - a mesma que esmurra em direção ao reconhecimento da centralidade da educação e da qualidade do ensino, esta redução é pobre e irreal. A questão da cidadania, mesmo que não seja hoje percebida como crucial nos países capitalistas desenvolvidos que dão supostas instituições democráticas sólidas, retornará ao seu tradicional lugar de destaque por muitas razões. Entre elas se encontram não apenas as questões políticas novas que se levantarão nos países que emergiram dos escombros do socialismo e da redefinição dos estados de bem-estar, mas também aquelas que em todas as

áreas do globo derivarão de nova força social que cobrará a questão de equidade diante do avanço do neoliberalismo.

A busca de um novo equilíbrio entre mercado, classes sociais e estado inevitavelmente se imporá ao mundo contemporâneo, incidindo decisivamente sobre uma tematização no campo da educação de jovens e adultos e sobre as políticas que para ele se formulem.

Os sistemas educacionais e os movimentos educativos em geral, embora influam sobre a sociedade que servem, refletem basicamente as condições sociais, econômicas e políticas dessa sociedade. Por isso mesmo, as características dos diversos períodos da história da educação de um país acompanham seu movimento histórico, suas transformações econômicas e sociais, suas lutas pelo poder político. Toda educação provém de uma situação social determinada e as metas educacionais, a política da educação e a orientação do ensino mostram de forma clara o seu caráter histórico. Por outro lado, a forma como o movimento da sociedade se reflete na educação pode ser observada mais claramente sempre que se inicia um período de transformação e o sistema educacional existente já não atende as necessidades criadas, necessitando ou de ampliação urgente ou de movimentos paralelos que preencham as lacunas deixadas pela organização do ensino vigente. Por isso, foi desencadeado a alguns anos atrás a implantação do ensino supletivo a nível de 1º e 2º graus, nas empresas privadas e públicas no Estado do Paraná.

Esta parceria entre as Empresas e Secretaria de Educação, estabelece por meio do Termo de Cooperação Técnica, o acompanhamento didático pedagógico do CES - Centro de Estudos Supletivos, a equipe técnica pedagógica que atuará nas Empresas.

Os conteúdos didáticos de 1º e 2º graus obedecem a Proposta Curricular da Secretaria de Educação, e serão fornecidos aos alunos das Empresas sem custo para eles por meio de módulos de estudos.

A capacitação dos profissionais que atuarão nas empresas, será promovida pelo CES e Secretaria de Educação, por meio de encontros, cursos, acompanhamento e assistência técnico pedagógica para a implantação deste programa.

Caberá às empresas, contratar os professores com magistério (2º grau) para ministrar os conteúdos referentes às séries iniciais aos alunos que prestarão o Exame de Equivalência. Este exame é realizado mensalmente nos Centros de Estudos Supletivos e tem como objetivo fornecer ao aluno seu comprovante de 1ª à 4ª série.

Para a 5ª à 8ª série do 1º grau, e o 2º grau, os professores deverão ser habilitados por área, a nível de 3º grau, acompanhados pelo responsável pedagógico do programa na Empresa.

As aulas serão dadas na própria empresa, em local específico para este fim com atendimento personalizado, no máximo de 20 alunos por turma e duração de 2 horas diárias, após o término do expediente.

A frequência é livre em sala de aula, mas deverá ter um controle de presença, para melhor aproveitamento dos conteúdos a serem trabalhados.

As avaliações e a certificação serão fornecida ao aluno, pela secretaria do CES, com validade em todo o território nacional.

O prazo para a conclusão da escolaridade de 1º e 2º graus é relativo, pois dependerá da situação escolar de cada aluno, ou seja, o aproveitamento dos estudos já concluídos. A média para aquele que não possui escolaridade é de: 4 meses para os estudos de 1º à 4ª série, 1 ano para a conclusão do 1º grau e 1 ano e meio para a conclusão do 2º grau.

5. METODOLOGIA

Metodologia

Se uma empresa mantém uma abordagem adequada em relação à sociedade e se posiciona com uma missão nobre (de efetivamente contribuir para a evolução da sociedade como um todo), a tendência é de que ela também tenha uma abordagem mais adequada em relação a educação formal dos seus funcionários. Uma abordagem positiva na qual as parcerias entre empresas e instituições educacionais assegurem que seus funcionários sejam efetivamente preparados para a vida no seu todo, e não somente no sentido profissional.

A idéia de investir na educação teve início quando as empresas começaram a pensar na implantação de programas de qualidade, de treinamento, que exigiam a aplicação de novas técnicas. Percebeu-se que o nível educacional dos funcionários era muito pequeno.

Nesse processo, o treinamento com a educação consiste em estimular mudanças de comportamento, direcionados para um melhor desempenho profissional.

Para levantar os dados dos funcionários será distribuído um questionário com o objetivo de coletar dados referentes à situação educacional de cada um, seus interesses em dar continuidade aos seus estudos, disponibilidade de horário e a sua documentação escolar.

QUESTIONÁRIO

LEVANTAMENTO DE ESCOLARIDADE DOS FUNCIONÁRIOS.

1. NOME: _____
2. CARGO: _____
3. QUANTO TEMPO VOCÊ ESTÁ TRABALHANDO NA EMPRESA?

4. DATA DE NASCIMENTO: _____ / _____ / _____ IDADE: _____
5. ESTADO CIVIL: _____
6. NÚMERO DE FILHOS: _____
7. QUAL A ÚLTIMA SÉRIE QUE VOCÊ CURSOU?

8. EM QUAL COLÉGIO?

9. CIDADE? _____ ESTADO? _____
10. VOCÊ POSSUI DOCUMENTO QUE COMPROVE ESTES ESTUDOS?
QUAL?

11. VOCÊ TEM INTERESSE EM CONTINUAR A ESTUDAR? POR QUE?

12. VOCÊ TEM INTERESSE EM ESTUDAR NA EMPRESA, APÓS O SEU
HORÁRIO DE TRABALHO?

13. QUAL A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS PARA VOCÊ HOJE?

14. QUAL O MOTIVO QUE HOJE IMPEDE VOCÊ DE ESTAR
ESTUDANDO?

Com estes dados levantados e analisados, propõe-se aos interessados e aos que têm condições, devido a sua documentação escolar, o programa de educação supletiva na empresa. Organiza-se as turmas divididas por graus ou situação escolar:

- alunos em processo de alfabetização (têm noções elementares de leitura, escrita e cálculo, mas não possuem o domínio necessário para a elaboração de um texto).

- alunos com escolaridade de 1° a 4° série do 1° grau completa

- alunos de 5° a 8° série

- alunos de 2° grau.

Este programa deve ser iniciado por áreas que apresentem maior aceitação às atividades de treinamento, para demonstrar seu valor com maior naturalidade mesmo reconhecendo carências mais urgentes de desempenho em outros setores.

Criar este espaço, sem imposição, pois resistências preconcebidas interferem muito na eficiência da educação.

O professor deverá ter conhecimento prévio da situação escolar de cada aluno, respeitando a sua individualidade para adquirir conhecimentos.

Paralelamente será desenvolvida em toda e Empresa uma campanha, no sentido de resgatar o valor da educação formal para o funcionário.

6. RECURSOS

Recursos

- Financeiros

O Programa de Educação para Competividade (PROEDUC), voltado para a formação e treinamento do trabalhador brasileiro conta com uma linha de crédito no valor de US\$ 100 milhões, para aplicação do projeto de educação em empresas, cooperativas e associações de classe.

A linha do PROEDUC é alimentada com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e parcela de crédito do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e recursos próprios do FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia. As condições do programa são juros de 2,5% ao ano, prazo de amortização de até sete anos, com mais de três anos de carência.

Paralelo a este financiamento fica a critério das empresas usar seus próprios recursos financeiros.

- Humanos

Coordenação pedagógica do programa à cargo de uma pedagoga.

1^a a 4^o série - professor habilitado em Magistério.

Professores habilitados por áreas para as disciplinas de 5^a a 8^a séries do 1^o grau e 2^o grau.

- Físicos

Sala clara e iluminada, com mesas e cadeiras em número adequado ao de alunos. Mesa e armários para uso do professor e para guardar materias.

Outros

Material de consumo escolar.

Quadro de giz.

Material para laboratório escolar (microscópio, conjunto de vidrarias, conjunto de reagentes.)

Livros com conteúdos de 1º e 2º graus

Material de pesquisa (livros, jornais e revistas).

Material didático pedagógico (mapas, globos, enciclopédias, dicionários)

Equipamentos audio visuais (televisão, vídeo cassette, filmes e outros).

7. CROMOGRAMA

Cronograma

Primeiro mês:

levantamento da escolaridade dos funcionários por meio
do questionário.
tabulação e análise dos dados.
formalização do Termo de Cooperação Técnico com a
Secretaria de Educação.
contratação dos professores.
integração dos professores ao programa de Educação.

Uma semana -
matrícula dos alunos.

Este programa não tem um prazo para conclusão,
pois ele é personalizado, isto é, acompanha o
desenvolvimento de cada aluno.

alfabetização - 2 anos.

Exame de Equivalência - 4 meses.

1º grau - 1 ano.

2º grau - 1 ano e meio.

8. CONCLUSÃO

Conclusão

A questão educacional no país tem sido objeto de muitas discussões. Todos concordam que a situação é crítica e ameaça não apenas o nosso futuro, mas o próprio presente. Já, hoje estamos carentes de profissionais bem preparados para enfrentar com excelência os desafios trazidos por estes tempos de profundas transformações. Mais do que isso, não é só a escassez de técnicos que preocupa. A escola, hoje, não está preparando os seus alunos para o futuro.

Os que não vêem alternativas a não ser esperar por respostas dos canais competentes transformam a questão educacional em um imenso círculo vicioso, projetando um futuro sombrio.

Felizmente, porém, a quebra desse círculo talvez seja mais simples do que se imagina. Quando as intenções como estas se tornam uma prática coerente e concreta, os resultados, ainda que pequenos e localizados, já começam a aparecer.

Todos estes e muitos outros fatos mostram que empresas, grupos, indivíduos, não precisam escolher um "bom momento" para a efetivação deste programa. É necessário o envolvimento e o comprometimento de todos os atores: governo, sociedade e empresas.

A educação é o meio mais eficaz para o exercício da cidadania. É ela o patrimônio mais estratégico do cidadão e da sociedade, tornando-se relevante em termos políticos (cidadania) e em termos econômicos (competividade).

As novas demandas sociais põem em

questionamento, a toda hora, a eficiência das informações e a lógica da construção do conhecimento pelo cidadão, remetendo-nos à problemática da organização institucional e pedagógica.

Neste cenário, surgem novos paradigmas de competência, exigidos para um novo patamar de crescente reestruturação produtiva, com o apelo para o comprometimento ético-pessoal e social.

Com uma massa de trabalhadores, que precisa conciliar o nível de experiência prática, com o aprendizado de conhecimentos de nível abstrato, requeridos para a empregabilidade, o grande desafio é aproximar o setor educacional do sistema produtivo, revisando-se a própria concepção de educação profissional.

A criação de uma estrutura democrática e flexível, torna-se pois, necessária para se possibilitar um alto grau de empregabilidade, pelo mecanismo de aproveitamento da experiência educativa não-fornal, apontando-se um novo perfil de trabalhador, que precisa desenvolver o senso crítico, a criatividade, o espírito de pesquisa, auto-superação e o espírito de grupo.

Assim sendo, esta proposta poderá estar democratizando e flexibilizando a educação permanente do trabalhador para o exercício da cidadania, consolidando-se a modernidade e o próprio humanismo na empresa, que como instituição social, além de gerar riquezas e empregos deverá gerar também cidadania.

9. BIBLIOGRAFIA

Referências Bibliográficas

- Azanha, José Mário Pires. Uma idéia de Pesquisa Educacional. São paulo, Edusp, 1992.
- Azevedo, Fernando de. A Cultura Brasileira, 2ª edição São Paulo, Cia.Edt.Nac.1944
- Cardoso, Aurenice, Conscientização e Alfabetização - Uma Visão Prática do Sistema Paulo Freire, Estudos Universitários Recife, 1963
- Conselho Estadual de Educação - Parecer 50/95 Implantação da Programa de Educação de Jovens e Adultos em Empresas conveniadas
- Durkheim, Émile, Educação e Sociologia. 7ª edição, São Paulo, Melhoramentos
- Huberman, Leo, História da Riqueza do Homem, Rio de Janeiro, Zahar, 1977
- Leite, Serafim, Novas Páginas da História no Brasil, São Paulo, Com. Ed. Nacional, 1965
- Lição de Eficiência, Veja, São Paulo, 23 jun.1993
- Lourenço Filho, M.B. O Problema da Educação dos Adultos. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, agosto, 1945
- Luckesi, Cipriano Carlos. Equívocos Teóricos na Prática Educacional, Rio de Janeiro, ABT, 1983

- Mancian, Lêda Massaria, Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos, São Paulo, EPU, 1987
- Ministério da Educação e Cultura. Alfabetização, Exigência Cívica, Rio de Janeiro, Reper Editora, 1967
- Ministério do Trabalho, Questões Críticas da Educação Brasileira, Brasília, 1995.
- Oliveira, Maria Rita N.S.(org) Didática: Ruptura, Compromisso e Pesquisa, Campinas (SP), Papirus, 1993
- Paiva, Vanilda, Educação Popular e Educação de Adultos, São Paulo, Loyola, 1973
- ____ Paiva, Mobral: Um Desacerto Autoritário. Síntese Rio de Janeiro, 1982
- Plano Decenal de Educação Para Todos - 1993 - 2002 - Brasília, MEC, 1993
- Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil -1996 Brasília
- Ruiz, João Álvaro, Metodologia Científica: Guia Para Eficiência nos Estudos, São Paulo, Atlas, 1986
- Torres, C.A. A Política da Educação não Formal na América Latina, páginas 45 à 51
- Witter, Geraldina P. e Dália, Educação de Adultos - Textos e Pesquisas, Rio de Janeiro, Achiamé, 1983